

Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pr/2036691581/inteiro-teor-2036691585>

TJPR • Procedimento do Juizado Especial Cível • XXXXX-07.2023.8.16.0018 • 2º Juizado Especial Cível de Maringá do Tribunal de Justiça do Paraná

PROJUDI - Processo: [XXXXXX-07.2023.8.16.0018](#) - Ref. mov. 44.1 - Assinado digitalmente por Humberto Luiz Carapunarla:8299

23/10/2023: JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO. Arq: Sentença PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI Av. Dr. João Paulino Vieira Filho, 239 - Ed. Sta Isabel - Novo Centro - Maringá/PR - CEP: 87.020-015 - Fone:

(44) 3259-6432 - Celular: (44) 3259-6432 - E-mail: mar-21vj-s@tjpr.jus.br

Processo: [XXXXXX-07.2023.8.16.0018](#)

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Valor da Causa: R\$25.994,00

Polo Ativo (s): LETICIA PEREZ PETRUCCI

THIAGO HENRIQUE FRANSOZIO

Polo Passivo (s): HURB TECHNOLOGIES S.A.

Vistos.

1. Predomina nos Tribunais pátrios o entendimento de que deve prevalecer a opção pessoal da parte pela ação individual, sendo incabível a suspensão da ação para observância obrigatória da ação coletiva. O [CDC](#) exclui expressamente a caracterização da litispendência entre a ação coletiva e eventual ação individual ajuizada pelos consumidores substituídos.

Reza o art. [104](#) do [Código de Defesa d](#)

Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da

ação coletiva.

Portanto, ao Réu cabe dar ciência da propositura da ação coletiva àqueles que propuseram ações individuais, a fim de que possam fazer a opção pela continuidade do processo individual, ou requerer a sua suspensão para se beneficiar da sentença coletiva.

Em que pese exista a possibilidade de decisões contraditórias, o sistema jurídico brasileiro não adota a prevalência da ação coletiva, tornando tal meio processual facultativo, nos termos da legislação consumerista, acima citada.

Ainda, inexistente determinação de suspensão das ações individuais no bojo das Ações Cíveis Públicas referidas (Autos nº 0871577- 31.2022.8.19.0001 e Autos nº [XXXXX-59.2023.8.19.0001](#)).

Por fim, o caso não se amolda ao procedimento dos Recursos repetitivos, muito menos ao procedimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Posto isso, INDEFIRO o pedido de suspensão da presente contenda, razão pela qual o feito deve prosseguir.

PROJUDI - Processo: [XXXXX-07.2023.8.16.0018](#) - Ref. mov. 44.1 - Assinado digitalmente por Humberto Luiz Carapunarla:8299

23/10/2023: JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO. Arq: Sentença

2. Por conseguinte, HOMOLOGO , para que surtam os efeitos legais, a sentença lançada na sequência 33.1, nos termos do artigo [40](#), da Lei nº [9.099/95](#).

P.R.I. e demais diligências necessárias.

Maringá-PR, data e hora de inserção no sistema.

HUMBERTO LUIZ CARAPUNARLA - JUIZ DE DIREITO

